

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

**Cel Inf FÁBIO PINHEIRO LUSTOSA**

**O Papel da Informação no Poder Nacional e suas  
implicações para a Expressão Militar**



Rio de Janeiro  
2019

**Cel Inf FÁBIO PINHEIRO LUSTOSA**

**O Papel da Informação no Poder Nacional e suas implicações para a  
Expressão Militar**

Artigo científico apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, para o Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar (Pós-Doutorado).

Orientador: Cel R1 Rogério de Amorim Gonçalves

Rio de Janeiro  
2019

L972p

Lustosa, Fábio Pinheiro

O papel da informação no poder nacional e suas implicações para a expressão militar / Fábio Pinheiro Lustosa. – 2019.

38 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Rogério de Amorim Gonçalves.

Artigo Científico (Pós-doutorado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: f. 34-36.

1. PODER NACIONAL. 2. INFORMAÇÃO. 3 EXPRESSÃO INFORMACIONAL. I. Título.

CDD 355.001

## 1. INTRODUÇÃO

O Poder Nacional “é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional” (BRASIL, 2014). Ainda que este Poder seja indivisível, a Doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) preconiza cinco expressões inter-relacionadas: a Econômica, a Psicossocial, a Política, a Científica e Tecnológica (C&T) e a Militar.

A ESG acumula, desde o fim da década de 40, conhecimento que baliza muito do pensamento relativo à Defesa Nacional e ao Desenvolvimento Nacional, embora reconheça que seu conteúdo está “longe de constituir um dogma” (BRASIL, 2014). Outros países, tais como a China, os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido e a Rússia, também possuem seus próprios Centros de Estudos Estratégicos e Pesquisas e também seus pensadores geopolíticos e vêm propondo outras formas de compreender e exercer o Poder Nacional.

Os EUA, por exemplo, desenvolveram, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, muito particularmente durante o auge da Guerra Fria, o conceito de Instrumentos ou Expressões do Poder Nacional referindo-se a “todos os meios disponíveis para o governo em sua busca pelos objetivos nacionais. Eles são expressos como diplomáticos, econômicos, informacionais e militares” (EUA, 2017). Eles usam o acrônimo DIME (*Diplomatic, Informational, Military e Economic* – Diplomático, Informacional, Militar e Econômico) para definir esses instrumentos (BISHOP, 2018).

Em 2017, o Projeto Interdisciplinar (PI) do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) já havia apontado para a relevância da Expressão Informacional para a consecução da nova agenda nacional de Segurança e Defesa (S&D): “Apesar da área informacional não ser caracterizada como um ‘campo do poder’ clássico no Brasil, o presente trabalho considerou este aspecto fundamental para a consecução da nova agenda nacional de S&D” (BRASIL, 2017).

A essa altura, é indispensável esclarecer que, para o Exército Brasileiro, informação é a “representação inteligível de objetos, estados e acontecimentos nos domínios real, virtual e subjetivo. Integra processos para a construção do

conhecimento, o que promove a compreensão precisa e atualizada do ambiente operacional” (BRASIL, 2014).

No contexto do seu recente Processo de Transformação, o Exército Brasileiro formalizou entendimento de que a informação pode exercer três papéis sob a perspectiva de S&D: suporte, arma e escudo. Notadamente, essa compreensão supera os limites do que podemos chamar de senso comum, no qual a informação seria um mero recurso de apoio ao combate (BRASIL, 2014). Não por acaso, o próprio Planejamento Estratégico do Exército (PEEx) 2016-2019 – 2ª Edição apontava para a necessidade de “iniciar estudo de viabilidade para implantação de um Comando de Informação do Exército” (BRASIL, 2015).

A atenção do Exército quanto aos papéis da Informação é bastante justificável quando se observam os cenários do Exército Brasileiro para 2035 e do Ministério da Defesa para 2039 os quais sugerem inúmeras demandas relacionadas à informação no contexto da S&D. Por outro lado, é notável que essa atenção ocorre em paralelo às iniciativas de vários países (Alemanha, China, EUA, Reino Unido e Rússia, por exemplo) envolvendo a criação e/ou o robustecimento de estruturas militares dedicadas à Informação e aos seus três papéis.

Este trabalho destacou o papel da Informação no Poder Nacional e suas implicações para a Expressão Militar, o que tem relação com as perspectivas estratégica setorial da Defesa e subsetorial do Exército Brasileiro.

Como antecedentes do problema, pode-se verificar que o Poder Nacional basicamente é analisado com vistas a alcançar ou manter os Objetivos Nacionais (ON), que são classificados em três grupos: Fundamentais (OF), de Estado (OE) ou de Governo (OG). Segundo BRASIL (2018), os “Objetivos Fundamentais são Objetivos Nacionais, voltados para a conquista e a preservação dos mais elevados interesses da Nação e de sua identidade, subsistindo por longo tempo”.

A Era da Informação está transformando a forma como os Estados se relacionam e resolvem suas controvérsias, inclusive com relação a como aplicam o Poder Nacional para guardar seus interesses. Eventos recentes como as Guerras do Vietnã (1955/1975), do Golfo (1990/1991), do Iraque (2003/2011) e a Crise na Ucrânia (2013) demonstraram a importância da dimensão informacional: a inter-relação com as diversas populações; a influência e a informação da opinião pública; a desinformação e o uso de estratégias; o uso do espaço cibernético; a

negação e a corrupção de sistemas de comunicações e informações; a destruição física e a proteção desses mesmos sistemas.

A busca pelo protagonismo e hegemonia seja mundial, seja regional também impõe mudanças na forma de conduzir a política externa de um Estado. As controvérsias nem sempre serão resolvidas unicamente pela expressão militar do Poder Nacional, mas, ao contrário, pela combinação de diversas ações em vários campos. Assim, essas ações necessitam ser aprimoradas de maneira a moldar o ambiente para atender aos interesses e objetivos nacionais (BRASIL, 2014).

A importância do alinhamento da Informação, da narrativa e dos objetivos nacionais em todos os níveis é fundamental. Pressupõe-se que as opções, respostas e Comunicação Estratégica adotadas nos níveis político e estratégico são essenciais para definir ações que orientarão os níveis operacional e tático na condução, por exemplo, das Operações de Informação no Teatro de Operações (TO) e a Defesa Cibernética em todo os espectros. É importante destacar, também, que há uma continuação e unidade dos temas e ações conduzidos por aqueles níveis para públicos nacionais e internacionais que não os do TO, antes, durante e após conflitos ou crises ou tão somente para estabelecer uma narrativa do Estado, em assuntos de seu interesse (BRASIL, 2014).

Na última década, o MD tem produzido vasta doutrina e conseqüentemente inúmeros exercícios conjuntos que buscam o adestramento dos níveis operacional e tático, entretanto, não se percebe o envolvimento dos níveis político e, particularmente, estratégico na escolha de opções, soluções e respostas a serem dadas, em suas esferas, aos problemas militares simulados apresentados ao Comando Conjunto (MELO, 2016). Há que se ter respostas adequadas e robustas nos mais altos níveis decisórios que respaldem suas ações, mas que, principalmente, moldem todo o entorno estratégico.

Neste trabalho, destacou-se a expressão informacional, agindo sob as perspectivas cognitiva (a mente das pessoas, suas crenças, moral, cultura e valores, entre outros), física (o mundo real, infraestruturas dos sistemas de comunicação e de informação) e lógica (o domínio que liga o mundo real físico com a consciência humana) (BRASIL, 2014). São respostas, ou mesmo antecipações a respostas, ou ainda eventos preparatórios, influenciadores, corruptores,

disruptores, que moldarão o ambiente informacional no qual se pretende atuar, combater ou interagir.

Assim sendo, pode-se inferir que as expressões do Poder, tal como a ESG os entende, pode ser atualizado, adaptado ou reorientado para as demandas dos Conflitos do Futuro. Dessa forma, foi formulado o Problema do presente trabalho: **“O pensamento da ESG está adequado à nova realidade mundial e aos cenários de Defesa 2020-2039 e suas consequentes demandas e necessárias respostas aos possíveis conflitos atuais e futuros?”**

Como hipótese, levantou-se que: **“A atual concepção do Poder Nacional precisa ser revista a fim de tratar das peculiaridades da Era da Informação”**.

Por fim, este estudo foi estruturado com base em pesquisas bibliográfica e documental, com viés qualitativo, empregando o método comparativo e foi conduzida entre os meses de fevereiro e agosto de 2019.

## **2. PODER NACIONAL**

### **2.1 PENSAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**

A Escola Superior de Guerra apresenta consistente literatura sobre o pensamento acerca do Poder Nacional, havendo revisado sua doutrina em 2019. Basicamente, o pensamento esguiano destaca que os Estados possuem necessidades, interesses e aspirações e, por conseguinte, deve-se somar a capacidade de alcançar tais satisfações. Para isso, o Estado lança mão de meios e ferramentas adequados e disponíveis: o seu Poder, o qual “é uno e indivisível” e também “integral e sistêmico”. E se expressa **“notadamente nos aspectos político, econômico, psicossocial, militar e científico-tecnológico** (BRASIL, 2019).

Em outras palavras, “o Estado é uma instituição organizada pela Nação com a finalidade precípua de dotar o Governo dos recursos destinados à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais” (BRASIL, 2019), e é por intermédio do Poder Nacional – pela orquestração de suas expressões em maior ou menor intensidade – que tais resultados são alcançados.

Logo, há de se buscar seus fundamentos (Homem, Terra e Instituições), dentro de cada uma das expressões, e suas potencialidades, avaliar os óbices, identificar objetivos e, por fim, estabelecer políticas e estratégias para manter e aperfeiçoar o Poder existente ou transformar o potencial da nação em Poder “que propicie as

condições de segurança necessárias ao processo de desenvolvimento da nação”. (BRASIL, 2019).

O efeito resultante de todo o trabalho de preparo e emprego do Poder Nacional resulta na chamada Estatuta Político-Estratégica do Estado, inserida no cenário internacional e faz parte de suas Relações Internacionais. Percebe-se, nesse ponto específico, que tal estatura ou capacidade de ser percebido como “player” regional ou global “resulta do engajamento e da percepção da sociedade acerca da própria nação e da percepção de cada uma das demais nações” (BRASIL, 2019).

Em BRASIL (2019) encontra-se, ainda, que nas relações externas ou internas dos Estados pode haver choques de interesses e desequilíbrios, também chamados conflitos ou crises. Assim, a aplicação do Poder correspondente, proporcional e necessário, restabeleceria a normalidade dessas relações. Após teorizar sobre essa questão, são apresentados exemplos de crises internacionais relevantes:

- “- ameaça à integridade do Patrimônio Nacional;
- ameaça à Soberania;
- restrições ao acesso a determinadas Tecnologias;
- apoio externo a insurreição interna;
- dever de ingerência; e
- antagonismos históricos”. (BRASIL, 2019, p. 49).

Havendo apontado tais exemplos, o pensamento esguiano afirma que os planejamentos de governo devem considerar as crises de forma, inclusive, a evitar seu recrudescimento e evolução para um conflito armado. E prossegue apontando duas importantes ferramentas para este planejamento, o estabelecimento de Hipóteses de Crise Político-Estratégica (HCPE) e as Hipóteses de Emprego (HE). A primeira privilegia o uso de ações predominantemente diplomáticas ou militares; já a segunda, possibilita o emprego das Forças Armadas.

As crises também podem se instalar em cada uma das cinco Expressões do Poder, no campo interno ou externo à Nação. É interessante citar o que nos apresenta a doutrina da ESG, com relação aos conflitos externos:

“Esses conflitos, quando tardam a encontrar solução por via diplomática ou jurídica, podem gerar crises internacionais que, antes de atingir o nível de confrontação armada, podem incluir a participação, de forma prevalente, da Expressão Militar do Poder Nacional, como elemento de dissuasão para respaldar as gestões diplomáticas, visando ao alcance de soluções favoráveis. (BRASIL, 2019, p. 49) (grifo nosso).



Do que foi apresentado, verifica-se que a doutrina esguiana apresenta parâmetros acerca dos Fundamentos do Poder Nacional, teorizando sobre conceitos de organização social e política das instituições nacionais, expressões do Poder e premissas básicas do Estado. Tudo com o objetivo de sistematizar uma Metodologia de Planejamento Estratégico, cujos campos de aplicação são o Desenvolvimento Nacional, por um lado, e a Segurança e Defesa por outro.

## 2.2 PENSAMENTOS E TEORIAS DO PODER

### 2.2.1 Karl von Clausewitz

Para Clausewitz, “a Guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”. Ele prossegue afirmando que “a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização desta por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2017).

Clausewitz esclarece que a guerra é uma tríade formada “pela violência original do seu elemento”, “pelo jogo das probabilidades e do acaso” e, por fim, por “sua natureza subordinada de instrumento de política”. Assim, ele estabelece seu conceito da guerra na tríade “Povo, Forças Armadas e Governo” (CLAUSEWITZ, 2017). Os objetivos políticos seriam traçados pelo governante, a guerra seria travada pelas Forças Armadas e, por fim, o povo seria o grande indutor da guerra, sustentando-a. Logo, a corrupção dessa tríade poderia conduzir aos insucessos da Batalha, como também ao não atingimento dos objetivos políticos traçados.

Neste sentido, Fuller destaca os três principais objetivos da guerra para Clausewitz:

- “a) vencer e destruir as forças armadas do inimigo;
- b) apossar-se dos elementos materiais de agressão do exército inimigo; e
- c) **conquistar a opinião pública**” (CLAUSEWITZ, 1908 apud FULLER, 2002, p. 70) (grifo nosso).

Ele prossegue explicando que “a opinião pública seria conquistada mediante grandes vitórias e pela captura da capital do inimigo”. Nesse sentido, assinala que “o fator essencial da guerra entre as tribos primitivas era a concórdia entre seus membros, a fim de que o esforço máximo da guerra pudesse ser dirigido para o

exterior” (FULLER, 2002). Por fim, a força do povo na resolução de conflitos é definida e exemplificada ao afirmar sobre a Rússia:

“Tal país não pode ser subjugado senão por suas próprias fraquezas e em consequências de dissensões internas. Para atingir esses pontos vulneráveis de sua existência política, o país deve ser agitado até seu próprio centro” (CLAUSEWITZ, 1908 apud FULLER, 2002, p.75).

Os conflitos atuais e futuros apontam para o uso dessa Teoria, por meio do uso da Informação. CLAUSEWITZ (2017) afirma, também, que a Guerra é um fenômeno subordinado à Política, é uma manifestação violenta do Poder: “ignorar o elemento da brutalidade, devido à repugnância que ele inspira, é um desperdício de força, para não dizer um erro”. Percebe-se, pois que o Estado deve lançar mão de todos os instrumentos que dispõe, seja a violência, sejam os instrumentos dissuasórios disponíveis, dos quais a Informação faz parte. Assim, outras expressões do Poder terão protagonismo na solução de controvérsias ou na configuração de ambientes favoráveis aos interesses de um Estado.

Como dito anteriormente, guerras travadas nas últimas décadas sugerem, comprovam exatamente isso. Populações inteiras foram influenciadas por vezes para apoiar, por vezes para interromper ações militares. O que se percebe é a corrupção ou moldagem das vontades nacionais e também o estabelecimento de narrativas que as suportem.

### **2.2.2 J.F.C Fuller**

Em sua obra, Fuller analisou a repercussão das Revoluções Francesa, Industrial e Russa na guerra e em sua conduta. Traçou diversos paralelos nas mais variadas áreas. Pesquisou doutrinas, teóricos, batalhas e comandantes. Serão destacados nesse trabalho pontos importantes de algumas situações por ele descritas que sustentam a importância da dimensão informacional desde a primeira das revoluções citadas até os dias de hoje e que, de forma sistematizada, têm a capacidade de influenciar importantes decisões e expressar o Poder de decisores e Estados.

Foi Fuller quem concebeu a forma moderna da manobra da penetração, introduzindo carros de combate na Batalha de Cambrai em 1917. Sua intenção era muito clara e foi estudada, dentre outros, por De Gaulle e consagrada por Guderian em sua *Blitzkrieg* ou Teoria da Paralisia Estratégica, durante a Segunda Guerra Mundial:

“Era o emprego da mobilidade como arma secreta, não para matar, mas para deslocar; **não deslocar para matar, mas para aterrorizar, desorientar, confundir, causar consternação, dúvida e confusão na retaguarda do inimigo**, que o rumor público ampliaria até que o pânico fosse monstruoso. Em resumo, **seu objetivo era paralisar não somente o comando do inimigo, mas também seu governo**, e tal paralisia estaria na razão direta da velocidade”. (FULLER, 2002, p. 245) (grifo nosso).

E afinal o que era essa paralisia senão a quebra do ciclo decisório dos estados-maiores e da capacidade decisória dos comandantes e governantes e a perda do apoio da população pelo terror e medo? E essa questão remete à França do século XVIII, da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas. FULLER (2002) destaca o uso da propaganda pelos revolucionários e o poder da palavra na influência e na manipulação dos cidadãos e dos soldados para o atingimento dos efeitos finais desejados. Cita para isso o uso, em 1792, “pela primeira vez da Marselhesa [...] o mais comovente dos hinos de guerra [...] para embriagar as massas. Nenhuma providência deixou de ser tomada [...] para excitar o espírito belicoso dos soldados e fomentar o ódio ao inimigo”. Prossegue FULLER (2002) citando Napoleão o qual tinha na liderança pessoal seus melhores resultados: “O poder da palavra sobre os homens é extraordinário [...] a força moral decide vitórias”.

Após estudar o período da Revolução Francesa e o pensamento de Clausewitz, já citado neste trabalho, Fuller passou a visitar o pensamento surgido com a Revolução Industrial. Neste ponto, observa pensadores diversos, dentre eles Karl Marx. Fuller entende que, tal como Clausewitz, Karl Marx percebeu “a importância do impacto da guerra para a população civil e que a mais importante de suas consequências foi a criação da [...] Frente Interna”. A diferença entre ambos, porém, era que, para Clausewitz, a mobilização dessa população ocorreria apenas em tempos de guerra; para Marx, ela “é permanente e é estabelecida durante o tempo de paz com o objetivo de derrubar o governo pela Revolução [...] os meios diferem” (FULLER, 2002).

Segundo Sigmund Newmann:

“Tanto Clausewitz quanto Marx estavam perfeitamente seguros de que “a **guerra moderna é de natureza quádrupla – diplomática, econômica, psicológica** e, apenas como último recurso, **militar**. Estavam perfeitamente certos de que uma campanha militar podia ser perdida antes que o primeiro tiro fosse disparado; que de fato, podia ser de antemão decidida nas frentes preliminares da guerra econômica e psicológica”. (SIGMUND NEWMANN apud FULLER, 2002, p. 86) (grifo nosso).

O período anterior à 1ª Guerra Mundial, fruto das guerras franco-prussianas do final do século XIX, foi marcado por Acordos e Alianças Diplomáticas entre os estados europeus. Por vezes, as conversações eram realizadas apenas no âmbito dos estados-maiores, excluindo-se o poder político de qualquer ação ou contribuição, o que levou Sir William Robertson a afirmar que:

“[...] pouco adiantava aos militares saber o que fazer, a menos que se dispusesse de meios adequados para assim o fazerem e isso não poderia acontecer se o Gabinete nada soubesse sobre o que estava acontecendo”. (WILLIAN ROBERTSON apud FULLER, 2002, p. 141)

Neste aspecto, é importante sublinhar a ação descoordenada entre duas expressões do poder, a militar e a diplomática, o que gerou uma enorme lacuna na preparação das forças militares em razão do desconhecimento, por vezes, por parte do governo, de planos militares a serem executados no caso de necessidade.

Ao tratar da 1ª Guerra Mundial, de sua diplomacia, paralisia, destruição e retorno à mobilidade favorecida pela entrada os EUA no conflito, Fuller alerta para a guerra da propaganda, cujas finalidades principais destaca: “estimular a frente interna, conquistar as nações neutras e subverter o espírito das massas na frente interna do inimigo”. Este terceiro objetivo visava “desagregar psicologicamente o inimigo subvertendo a lealdade de seu povo e suas forças armadas, desarmando-o moralmente”. Vale ressaltar, sobre este último objetivo, que Ludendorff em suas memórias referiu-se à Guerra psicológica e ao bloqueio sofridos “como os mais poderosos fatores da derrota alemã” (LUDENDORFF apud FULLER, 2002).

Nesse sentido, o Acordo de Paz oferecido pelo Presidente norte-americano Woodrow Wilson, conhecido como “Os Quatorze Pontos”, que implicava em uma paz negociada da 1ª Guerra Mundial, teve efeito decisivo no armistício. Ainda que não tenha sido um objeto de propaganda, mas uma alternativa diplomática, certamente produziu inúmeros efeitos psicológicos, contribuindo para o fim do conflito.

Abandonando a análise da Grande Guerra e passando à da Revolução Russa e de Lenin, FULLER (2002) cita a guerra proletária que “exigia a utilização de todos os meios de subversão, a organização de greves, de demonstrações de rua e a propaganda nas trincheiras: ‘Guerra civil e não paz civil, eis a palavra de ordem!’”. Para Fuller, Lenin terá seu lugar na história porque aplicou, “em grande escala, os

ensinamentos de Marx e demonstrou ao mundo que eles eram instrumentos da confusão e do caos”.

Se Lenin, no campo interno mobilizava amplamente a sua frente interna, não tardou a convencer-se que “a guerra diplomática e psicológica podia ser travada simultaneamente contra as potências centrais e os aliados”. Assim, iniciou ampla propaganda visando os trabalhadores, inicialmente europeus e depois em uma escala global. Assim, combinando ações diplomáticas e psicológicas, por vezes conflitantes, porém orquestradas, conduziu ao sucesso inicial da revolução russa (FULLER, 2002).

Assim estabeleceu-se o *modus operandi* da Guerra Revolucionária Soviética na qual:

“[...] a moralidade soviética é o oportunismo e, como estão excluídas as considerações éticas, a astúcia passou a ter prioridade sobre o valor e o ataque psicológico indireto sobre o ataque físico direto, porque enquanto o inimigo segue as regras do código moral, fica em séria desvantagem em relação a seu adversário amoral ou animal” (FULLER, 2002, p. 197).

Da mesma forma, prossegue afirmando que as revoluções em outros países deveriam surgir para, inicialmente, destruí-los internamente, antes de ocorrer a ascensão de sua soviétização. E isso ocorreria “por meio de incessantes ataques políticos e psicológicos: mediante a propaganda sistemática, a fomentação de greves, a fraternização das massas e a incitação à revolta e à deserção”. Por fim cabe destacar o objetivo da Terceira Internacional (1919), a qual instigava a infiltração de agentes em organizações civis e a criação de outras organizações marxistas-leninistas, que usassem “slogans de liberdade, liberdade de expressão, paz, desarmamento, colonialismo, preconceito racial, fraternidade universal e tudo que excite sentimentalismo popular e solape a disciplina nacional e a ordem social<sup>1</sup>” (FULLER, 2002).

O período entre guerras foi intenso e a Europa começou a assistir ao nascimento do Nacional-Socialismo de Hitler. Comparando-os, FULLER (2002) afirma que “enquanto no marxismo o princípio fundamental é o determinismo econômico, através da luta de classes, no Nacional-Socialismo é o determinismo biológico mediante a luta de raças”. Assim, as frentes internas, carregadas do emprego da

---

<sup>1</sup> Esse tema é exaustivamente tratado por Flávio Gordon em seu livro “A corrupção da Inteligência” (GORDON, 2017).

propaganda vão tendo seus ânimos novamente acirrados até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Novas alianças e pactos, ameaças, ultimatos, discursos políticos inflamados, apelos e manobras redundaram na sucessiva queda e ocupação, sem luta da Áustria e dos Sudetos (1938), da Tchecoslováquia (1939).

Continuando sua expansão, Hitler usou fortemente a *Blitzkrieg* e a Guerra Psicológica para conquistar seu espaço vital. Para Hitler:

“[...] a maneira de conseguir quebrar o moral do inimigo antes que a guerra comece é problema que me interessa. Quem quer que tenha feito a guerra na frente desejará evitar qualquer derramamento de sangue desnecessário (...) a confusão mental, a contradição de sentimentos, a indecisão, o pânico, tais são as nossas armas (...) Os ensinamento da Revolução (socialista), eis o segredo da nova estratégia (...) para mim, todos os meios servirão (...) Meu lema é: destruir o inimigo por todos e quaisquer meios” (HITLER apud FULLER, 2002, p. 235).

É importante afirmar que todos os movimentos de Hitler estavam apoiados em uma força bruta, em suas Forças Armadas. Era seu poder e capacidade militares que lhe conferiam credibilidade. O mesmo não ocorreu, por exemplo, com o Reino Unido de Chamberlain, que ao assumir suas funções, “não tinha apoio militar para a sua diplomacia” (FULLER, 2002).

Entretanto, Churchill ao assumir o posto de Primeiro Ministro faz um discurso inflamado na Câmara dos Comuns (“ofereço sangue, trabalho, suor e lágrimas”), que somados a muitos outros, atingiu fortemente sua Frente Interna e sustentou o moral dos Aliados nos anos seguintes de guerra. Mais uma vez, o exemplo de ação no campo informacional. Discursos foram eficientes ferramentas de influência do público, tanto interno, quanto externo, em particular na França dominada, por meio das transmissões da rádio BBC de Londres. E essa habilidade política também a possuía o Presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt. A Carta do Atlântico, produzida a quatro mãos, ainda que tenha sido abandonada na Conferência de Teerã, que “constituiu material de propaganda de primeira ordem” (FULLER, 2002) também é exemplo de uma ação combinada nas expressões informacional e diplomática.

No Teatro do Pacífico, o lançamento das duas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki foi precedido de um ultimato no qual se solicitava aos japoneses sua rendição incondicional: foi rejeitado pelos japoneses.

FULLER (2002), em síntese, apresenta a conduta da guerra do fim do século XVIII a meados do século XX, destacando a importância das expressões diplomática, econômica, psicológica (informacional) e militar, e de seu equilíbrio na decisão de seus empregos, confrontando-os de acordo com as circunstâncias e pensamentos teóricos existentes à época.

### **2.2.3 Alvin e Heidi Toffler**

Alvin e Heidi TOFFLER, em seu livro *Guerra e Anti Guerra* de 1995, destacam a importância do uso da informação na consolidação dos resultados dos conflitos e apontam para seu uso sistemático na Era da Informação. Esses autores teorizam como, por exemplo, a Guerra do Iraque poderia ter tido outro resultado caso, no auge dos eventos que levaram o Iraque à derrota, uma “bomba primitiva de impulso eletromagnético de Saddam Hussein” fosse acionada em Wall Street, centro econômico financeiro norte-americano em Nova Iorque. Esse “infoterror” teria “enviado um choque financeiro pelo mundo inteiro”, visto que “redes de transferência bancária, mercados de ações e títulos, sistemas de comercialização de commodities [...] (seriam) desintegrados ou destruídos” (TOFFLER e TOFFLER, 1995).

Toffler antecipa, também, questões e conceitos basilares daquilo que se percebe na atualidade:

“[...] o que já vemos, portanto, é a progressão do pensamento militar além de suas primeiras concepções da guerra eletrônica, além das definições atuais de ‘guerra de comando e controle’, e até mesmo além da ideia mais geral de ‘guerra da informação’”. (TOFFLER e TOFFLER, 1995, p. 181).

Seus estudos tomam por base a transformação ocorrida nas Forças Armadas norte-americanas a partir do término da Guerra do Vietnã com a compreensão de que elas se encontravam “perfeitamente organizadas para um Mundo da Segunda Onda<sup>2</sup>”. Da mesma forma, perceberam que, diante de um conflito no Teatro de Operações Europeu, o equilíbrio militar era completamente desfavorável a elas, pois “os soviéticos tinham aproveitado a década para modernizar seus tanques e mísseis,

---

<sup>2</sup> TOFFLER apresenta a guerra como um fenômeno que acompanha as Grandes Revoluções pelas quais passou a Civilização. Nesse sentido, a Guerra de Primeira Onda é aquela que resulta da Revolução Agrícola, a de Segunda Onda, aquela advinda da Revolução Industrial. Por fim, a Guerra de Terceira Onda é basicamente fruto da Era do Conhecimento. Nada impede de as três guerras ocorrerem simultaneamente (TOFFLER e TOFFLER, 1995, p. 49, 54 e 75).

melhorar sua doutrina e aumentar o seu efetivo na Europa” (TOFFLER e TOFFLER, 1995). Essa mesma visão é compartilhada por Schubert e Kraus:

“O Exército que se encontrava na Arábia Saudita em 1990, produto de quase vinte anos de mudanças e experiências, pouco se parecia com o Exército que, em 1972, deixou a República do Vietnã.[...] Ao fim da Guerra do Vietnã, alguns sistemas de armas estavam obsoletos, enquanto outros estavam se tornando antiquados, e a convencional guerra de movimento tinha que competir com as operações antiinsurrecionais para que lhe dessem atenção nos assuntos doutrinários militares, organizacionais e de treinamento” (SHUBERT e KRAUS, 1998, p. 67).

As guerras da Terceira Onda seriam lutadas segunda uma concepção da “Estratégia do Conhecimento”. Uma guerra definida pelo:

“[...] uso integrado de Segurança nas Operações (...) fraudes militares, operações psicológicas (...) guerra eletrônica (...) e destruição física, mutuamente apoiadas pelos serviços de inteligência, para negar informações ao adversário, influenciar, degradar ou destruir as capacidades C<sup>2</sup>, enquanto protegem de atos desse tipo as capacidades C<sup>2</sup> dos amigos” (TOFFLER e TOFFLER, 1995, p. 167 e 169).

Nesse sentido, eles teorizam que a Ciberguerra, por exemplo, poderia pender as vantagens materiais de um Estado supostamente mais forte militarmente, para outro que melhor administrasse essa vantagem, virando o “saldo da informação e do conhecimento a seu favor”, economizando meios e outros recursos, humanos e materiais (TOFFLER e TOFFLER, 1995).

Foi o que fizeram as Forças Armadas norte-americanas em um processo de 20 anos, culminado com a Guerra do Golfo. Dentre inúmeras ações empreendidas, foram revistas políticas de pessoal, foi implantada uma “nova doutrina ar-terra” e gerada “uma força tecnologicamente sofisticada, altamente treinada, bem liderada e confiante” (SHUBERT e KRAUS, 1998).

Dessa forma, TOFFLER e TOFFLER (1995) anunciam uma nova forma de lutar, sem abandonar técnicas de combate da segunda onda, mas implementando fatores da terceira onda, relacionados à informação, que garantiriam a necessária superioridade nos efeitos, com a justa economia de meios e recursos, em especial os humanos.

#### **2.2.4 James N. Rosenau**

Rosenau em sua obra “The Scientific Study of Foreign Policy” (“O Estudo Científico da Política Externa”) de 1971 apresenta vários conceitos relativos às



Relações Internacionais, os quais orientam ainda hoje as relações norte-americanas com relação, particularmente, à sua política externa.

Após a Segunda Guerra Mundial, em especial na década de 60, muitos estudos foram realizados nas ciências políticas, particularmente na política internacional e relações exteriores. Em (ROSENAU, 1971) foi apresentado o Controle Calculado como conceito unificador no estudo da política internacional e da política externa. Havia uma preocupação em conduzir novas análises sobre como se davam essas relações:

“Trabalhar com conceitos de sistema e processo, por exemplo, infundiu ordem na análise das relações entre as nações e os equilíbrios resultantes dos padrões recorrentes de sua interação. Da mesma forma, a atenção dada aos componentes do interesse nacional e das capacidades nacionais facilitou as previsões sobre como os confrontos entre duas ou mais nações que perseguem objetivos diferentes e que possuem recursos desiguais serão gerados”. (ROSENAU, 1971, p. 197 e 198)

Desses estudos, foi considerado que “elementos políticos estão presentes em qualquer situação quaisquer que sejam as identidades dos atores envolvidos – pessoas, organizações, nações ou bloco de nações”. Assim, espera-se que dessas interações surjam interesses comuns ou divergentes ou inesperados. Nesse ponto é que se busca, a favor dos nossos interesses, modificar o comportamento do outro ator. E quando isso ocorre, “em resposta a atos intervenientes por outro ator” estabelecem-se os “Atos (modificações comportamentais pretendidas) e Relações de Controle (processos pelas quais ocorrem)” entre esses atores (ROSENAU, 1971).

ROSENAU (1971) explicita, ainda, que “as mudanças que ocorrem – resultados dos atos de controle – são determinados pela interação das técnicas de controle empregadas”. E sugere que a combinação das mesmas maximizaria os resultados desejados, em especial “a diplomacia, a ajuda econômica, o comércio exterior, a propaganda, a subversão e a ação militar”. A seguir, Rosenau apresenta um esquema desenvolvido por Harold Sprout, que caracteriza a gradação dessas técnicas de controle:

“Relações diplomáticas, negociação etc;  
Declarações públicas sobre políticas;  
Outras atividades de relações públicas;  
Assistência técnica e econômica;  
Guerra Psicológica não violenta;  
Guerra Econômica não violenta;  
Violência limitada (sabotagem e ação militar);

Violência ilimitada (Guerra Total)". (SPROUT apud ROSENAU, 1971, p. 228).

Rosenau, então, de forma científica apresenta a importância do uso de instrumentos diplomáticos, econômicos, psicológicos (informativos) e militares, no início da década de 70, com o intuito de moldar as interações entre as nações de forma a obter resultados favoráveis a seus interesses.

### 2.2.5 Joseph S. Nye

Nye cunhou a expressão "*Soft Power*" (em uma tradução livre: poder brando, suave ou de convencimento) na década de 80. Basicamente, tratava de afirmar que o principal poder a ser aplicado era o do convencimento, da influência, facilmente relacionado a "recursos intangíveis, tais como a cultura, a ideologia e as instituições" o que contrastava com seu oposto, o "*Hard Power*" (ou poder bruto) baseado em valores absolutos, tangíveis, que podem ser impostos e têm, muitas vezes, papel coercitivo, como "a força militar e econômica" (NYE, 1991).

Trata-se, em uma análise simplista, de buscar a influência, a cooptação de atores (pessoas, organizações ou nações) por todos os meios evitando o uso da Força. Ele destacava a importância da força da cultura, valores e ideias na resposta comportamental dos outros.

Nye afirma que o poder é:

"[...]a capacidade de influenciar o comportamento de outras pessoas para obter os resultados desejados. Mas existem várias maneiras de afetar o comportamento dos outros. Você pode coagi-los com ameaças; você pode induzi-los com pagamentos; ou você pode atraí-los para querer o que você quer". (NYE, 2004)

Também é interessante lembrar que Nye estabelece uma relação significativa entre o *Hard Power* e o *Soft Power*: "a força militar depende de uma forte base econômica. O apelo cultural e ideológico depende da manutenção de uma sociedade saudável e aberta" (NYE, 1991). Entretanto, reconhece que os EUA é o país, no contexto internacional, que possui ambos poderes.

Uma outra observação de Nye a respeito do tema se refere ao reordenamento mundial pós 11 de Setembro: "trata-se não de saber quantos inimigos foram mortos ou vencidos, mas de quantos aliados foram conquistados". (NYE, 2004).

Assim, ele define *Soft Power* como:

“[...] a capacidade de conseguir o que deseja através da atração, em vez de coerção ou pagamento. Surge da atratividade da cultura de um país, de seus ideais políticos e de suas políticas. Quando nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos dos outros, nosso *soft power* é aprimorado” (NYE, 2004)

E este *Soft Power* é exemplificado, por Nye, com relação aos EUA, da seguinte forma:

“[...] jovens atrás da Cortina de Ferro ouvindo músicas e notícias americanas por meio da Rádio Europa Livre; ou estudante chineses simbolizando seus protestos na Praça Tiananmen criando uma réplica da Estátua da Liberdade; ou por jovens afegãos liberados em 2001 pedindo por cópias da Constituição norte-americana (“Bill of Rights”); ou hoje, jovens iranianos ilegalmente assistindo a vídeos americanos proibidos e transmissão de televisão por satélite na privacidade de suas casas”. (NYE, 2004)

A ideia de que “a sedução é sempre mais efetiva que a coerção e que muitos valores como a democracia, os direitos humanos e as oportunidades são profundamente sedutores” está na base do pensamento do *Soft Power* de Nye. Esse conceito é a terceira dimensão do poder da nação norte-americana, sendo as outras duas, o poder econômico e o poder militar (NYE, 2004).

Para Nye, esse poder deve ser exercido no contexto da política externa, no fortalecimento dos valores internos da nação, de suas políticas domésticas, na relação com outras nações e organizações e atores não-estatais, usando fartamente de sua Diplomacia Pública, das Informações Públicas, das transmissões rádio (*Voice of America*” ou Voz da América) etc, promovendo imagens positivas acerca do país. Nye conclui seus pensamentos afirmando que, tal como no período da Guerra Fria, o *Hard Power* não pode ser o único instrumento de solução de controvérsias; que a ele deve ser agregado (“e melhor compreendido”) o emprego do *Soft Power*: a isso ele chama “*Smart Power*” ou Poder Inteligente (NYE, 2004).

### 2.3 CONCLUSÃO PARCIAL

A transformação de uma Força Armada é possível e necessária, seja por obsolescência de seus meios, ou de sua doutrina, ou mesmo em razão das mudanças da Conduta da Guerra. No início da década de 1970, as Forças Armadas norte-americanas saíam da Guerra do Vietnã com inúmeros problemas a resolver. Estabeleceram profundas mudanças em sua Doutrina, adotando a Doutrina Ar-Terra, a qual alterou significativamente, no passar de duas décadas as suas forças. A adoção

de novos armamentos, organização de pessoal, mudança na educação etc fez com que a Guerra do Golfo de 1991 fosse um retumbante sucesso, consequência de mudanças estruturais realizadas.

A ESG, em um contínuo processo de revisão de sua doutrina, publicou, recentemente, novos manuais renovando importantes conceitos acerca do Planejamento Estratégico Nacional. Ratificou o importante papel deste planejamento para atingir o equilíbrio possível entre a Defesa e Desenvolvimento Nacional, reforçando a integralidade do Poder Nacional em suas clássicas áreas: política, econômica, psicossocial, científico-tecnológica e militar.

A dimensão informacional e a dimensão diplomática, tão comuns e presentes em outros pensamentos de Poder Nacional, em particular os descritos neste trabalho, não são contempladas como uma real possibilidade, ou expressão pura de Poder no pensamento esquiano no Planejamento Estratégico Nacional. A informação, como arma, escudo e suporte, não está presente, preponderantemente, como parte do Poder Nacional a ser exercido seja na solução das controvérsias, seja na moldagem do ambiente, seja no emprego dissuasório ou de convencimento e mudança comportamental de atores nacionais ou externos, em defesa do interesse nacional.

Vive-se hoje um mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo. O Exército Brasileiro e também as Forças Armadas se encontram em pleno período de transformação, com mudanças sendo implementadas a partir do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa em 2009. Atualmente, o Exército Brasileiro diante de Cenário estabelecido para 2035, realiza seu Planejamento Estratégico para o período 2020/2023.

Ciente disso, e com o intuito de contribuir, especialmente na dimensão informacional, passar-se-á a estudar no próximo bloco alguns outros cenários relativos a 2035, nacionais e de outras nações, que apoiem o estabelecimento de medidas a serem tomadas para que a nação brasileira disponha de Forças Armadas garantidoras de sua soberania, orientando seu emprego não só pela ação cinética, mas também pela ação na dimensão informacional.

### **3. CENÁRIOS, EFEITOS (EVENTOS) E DEMANDAS PARA 2035 NA DIMENSÃO INFORMACIONAL**

#### **3.1 MINISTÉRIO DA DEFESA (MD) E EXÉRCITO BRASILEIRO (EB)**

A primeira fase da montagem dos planejamentos estratégicos do Ministério da Defesa (MD) e do Exército Brasileiro é o estabelecimento de cenários. Para o MD, o cenário visa 2039; para o EB, 2035. Os cenários “projetam tendências, com reflexos para a Defesa” (DEFESA, 2017).

O cenário do MD constou de uma análise feita de forma sistematizada nos âmbitos mundial, regional, nacional e interno ao próprio MD, sendo cada um desses grupos subdivididos em seis outros subgrupos: econômico, social, ambiental, tecnológico, político e militar. Resultado desse trabalho, foram apresentadas vinte e seis Implicações para a Segurança e Defesa (ID), que possuem um caráter de conclusão geral, e que foram subdivididas em três subgrupos: “Características Futuras dos Conflitos”, “Oportunidades” e “Ameaças”.

Para compor a pesquisa desse trabalho, foram selecionadas as Implicações para a Segurança e Defesa que se seguem, julgando possuírem uma maior relação com a Dimensão Informacional:

“CARACTERÍSTICAS FUTURAS DOS CONFLITOS  
 ID 01 – Propensão à utilização do Instrumento Militar  
 ID 02 – Conflitos indiretos entre grandes potências  
 [...]
 ID 04 – Preponderância dos domínios aéreo, espacial e informacional  
 ID 05 – Incremento de conflitos assimétricos/híbridos  
 ID 06 – Influência determinante da internet e redes sociais  
 ID 07 – Informação e mobilização social  
 OPORTUNIDADES  
 [...]
 ID 10 – Operações de Paz  
 ID 11 – Cooperação regional  
 ID 12 – Projetos de desenvolvimento nacional  
 AMEAÇAS  
 [...]
 ID 17 – Manipulação da opinião pública  
 ID 18 – Terrorismo  
 [...]
 ID 20 – Tensões sociais no Brasil  
 [...]
 ID 23 – Insegurança de sistemas de informação  
 ID 24 – Catástrofes naturais e pandemias  
 ID 25 – Fricções e tensões na América do Sul” (BRASIL, 2017, p. 49 a 52)

Já o Exército Brasileiro trabalhou com cenários prospectivos para a Força Terrestre com metodologia distinta da do MD, trabalhando com variáveis, eventos, cenários otimista e mais provável, utilizando-se de especialistas, descrevendo, por fim, o cenário alvo ou desejado. Há que se considerar que, sendo incerto o futuro, o

que se busca é evitar ou reduzir a surpresa estratégica na preparação e emprego da Força.

Da mesma forma, buscando identificar demandas importantes na expressão Informacional, citar-se-á os eventos contidos no cenário do Exército Brasileiro, por meio de suas hipóteses de ocorrência para 2035, com os quais tenham correlação e relevância significativa:

“Evento 1 – Soberania e/ou integridade territorial: existência de ameaças difusas.

[...]

Evento 3 – Conflitos armados intraestados na América do Sul: haverá eclosão e/ou incremento em países da área Norte.

[...]

Evento 5 – Atuação sob a égide de organismos internacionais: a Força Terrestre será empregada em operações de paz e/ou de ajuda humanitária.

Evento 6 – Tensões sociais: incremento relativo das tensões sociais no Brasil, implicando atuação frequente da Força Terrestre na Garantia da Lei e da ordem.

Evento 7 – Atividades terroristas em território nacional: haverá atentados, prioritariamente nos eventos internacionais.

[...]

Evento 11 – Ataques cibernéticos: haverá ataques cibernéticos de vulto, mas que não impeçam nem dificultem a Força Terrestre de cumprir suas missões de combate”. (BRASIL, 2016, p. 44 a 46)

Percebe-se, por essas enumerações que tanto o Ministério da Defesa quanto o Exército Brasileiro apresentam demandas significativas na dimensão informacional, cujas respostas passam obrigatoriamente por uma adequada e consistente preparação.

### 3.2 CHINA

A partir de 1999, com o lançamento do livro “Guerra além dos Limites: conjecturas sobre a Guerra e a Tática na Era da Globalização”, de autoria de dois coronéis integrantes do “Exército da Libertação do Povo” (PLA ou “People’s Liberation Army”) e publicado pela editora oficial do exército chinês, a estratégia deste país passou a modificar-se e a focar na “transcendência das táticas militares a serem implementadas por países em desenvolvimento [...] para compensar sua inferioridade militar em relação aos EUA, em um conflito envolvendo meios de alta tecnologia” (QIAO LIANG; WANG XIANGSUI, 1999). Entende-se que tal obra foi escrita no pós-Guerra Fria e imediatamente após o sucesso norte-americano na Guerra do Golfo de 1991. Em síntese:

**“[...] para este novo conceito a guerra prescreve a prontidão de todos os meios disponíveis, a onipresença da informação, e presença do campo de batalha em todos os lugares. Significa a fusão de todas as armas com a tecnologia disponível, como for desejado; a eliminação de todas as fronteiras entre as duas ambiências, a da guerra e da paz; dos militares e dos não-militares; a mudança de todos os princípios de guerra, e até mesmo, as regras da guerra poderão ter que ser reformuladas” (QIAO LIANG; WANG XIANGSUI, 1999, p. 15) (o grifo é nosso)**

Encontra-se em (EUA, 2018) que a China percebe estar enfrentando riscos sem precedentes em sua segurança nacional e pretende reforçar sua capacidade de atuar em longo prazo. Identifica não haver possibilidade de uma guerra mundial no futuro imediato, mas prepara-se para questões locais relevantes tais como a independência de Taiwan, o separatismo de uigures e tibetanos, os desafios relativos ao controle de áreas nos mares do leste e sul da China, a instabilidade da península coreana. No mesmo sentido, entende que as relações internacionais caminham para a multipolaridade e globalização, com a formação de uma sociedade da informação, com atores defendendo “o hegemonismo, a política do poder e o neointervencionismo”. Isso reflete, naturalmente, a disputa internacional pela redistribuição do poder.

Por outro lado, alerta para a questão das “atividades terroristas, das disputas étnicas, religiosas, de fronteira e territoriais, complexas e voláteis”, originando “guerras, conflitos e crises de pequena escala com potencial para o enfrentamento de ameaças imediatas e potenciais de guerras locais” (EUA, 2018).

A Estratégia Militar chinesa também faz referência às novas tecnologias e informatização da guerra:

**“[...] O espaço exterior e o ciberespaço tornaram-se novos altos comandos na competição estratégica entre todas as partes. A forma de guerra está acelerando sua evolução para a informatização. As principais potências mundiais estão ajustando ativamente suas estratégias de segurança nacional e políticas de defesa e acelerando sua transformação militar e reestruturação da força” (EUA, 2018, p. 11). (o grifo é nosso)**

Para finalizar esse breve estudo sobre o cenário chinês para suas Forças Armadas, cita-se algumas das tarefas impostas ao PLA, que são de interesse para o trabalho, ou seja, que impactam a dimensão informacional: “[...] salvaguardar os interesses da China nos novos domínios, como o espaço e o ciberespaço; manter a

dissuasão estratégica; manter a segurança política e a estabilidade social da China” (EUA, 2018).

### 3.3 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA)

Os EUA produziram, em 2016, por meio de seus Chefes Conjuntos de Estado-Maior (*Joint Chiefs of Staff*) um cenário relativo ao ano de 2035, cujo título original é *Joint Operating Environment 2035 – The Joint Force in a Contested and Disordered World* (Entorno Operacional Conjunto 2035 – Entorno Operacional Conjunto 2035) A Força Conjunta em um Mundo Contestado e Desordenado).

Esse cenário caracteriza o entorno operacional conjunto para 2035 por meio de seis contextos possíveis:

“Em 2035, a Força Conjunta enfrentará uma **Violenta Competição Ideológica** focada na subversão ou derrubada de governos estabelecidos. A **Ameaça ao Território e a Soberania dos EUA** se tornarão cada vez mais predominantes à medida que os inimigos tentarem coagir os Estados Unidos e seus cidadãos. **Equilíbrio Geopolítico Antagônico** por adversários capazes desafiarão os Estados Unidos a longo prazo e colocarão demandas difíceis sobre a Força Conjunta sobre vastas áreas do globo. A intimidação, a desestabilização e o uso da força por atores estatais e não-estatais resultarão em **Bens Comuns Globais Perturbados** e em uma **Competição pelo Espaço**. Fraturas políticas internas, estressores ambientais ou interferência externa deliberada levarão a **Regiões Despedaçadas e Reordenadas**. Cada Contexto do Conflito Futuro representa um problema preocupante para a Força Conjunta” (EUA, 2016. p. iii)

Estes contextos induzem as Forças Armadas norte-americanas a buscar novas capacidades, dentre elas, elencam-se as que repercutem diretamente na dimensão informacional: o desenvolvimento de sistemas robóticos autônomos, micro e nano satélites, e armas avançadas de radiofrequência e cibernéticas.

Da mesma forma, ao enfrentar esses desafios, apresentam-se objetivos estratégicos que descrevem o compromisso nacional e o estado final desejado para os empreendimentos dos EUA: adaptar-se às mudanças; gerenciar antagonismos e impor custos; punir agressões e revertê-las; impor mudanças e aplicar resultados (EUA, 2016).

Para isso, os EUA contam com uma atuação e comprometimento, em todos os níveis e, ainda, com o uso do poder militar, em conjunto com outros elementos do Poder Nacional. Entende-se que a ação da Força Conjunta desempenhará quatro



tarefas militares em resposta aos mais variados fenômenos, ao longo do tempo, que forçará o adversário a aderir à vontade norte-americana:

- “1. **Moldar** ou **conter**: ajudar os Estados Unidos a lidar e a adaptar-se às mudanças nas condições de segurança internacional.
2. **Deter** ou **negar**: gerenciar o comportamento antagônico dos concorrentes ou impor custos a concorrentes ou adversários que tomem medidas agressivas.
3. **Interromper** ou **degradar**: punir a ação agressiva de um adversário ou forçar um adversário a se retirar de ganhos anteriores.
4. **Obrigir** ou **destruir**: impor as mudanças desejadas no ambiente de segurança internacional e, posteriormente, impor esses resultados” (EUA, 2016, p. 40).

Em (EUA, 2017) são estabelecidas opções dissuasivas flexíveis e opções de respostas flexíveis, que nada mais são que “planejamentos construídos com intenção de facilitar de forma oportuna o decisor desenvolver uma ampla variedade de respostas inter-relacionadas”. Essas opções são estabelecidas para cada um dos quatro campos do Poder Nacional, e serão tanto mais efetivas quanto combinadas entre si. Seguem-se alguns exemplos:

**“Diplomático**

- Reduzir os laços diplomáticos internacionais;
- Restringir as atividades das missões diplomáticas;
- Restringir viagens de cidadãos dos EUA.

**Informacional**

- Aumentar a conscientização pública sobre os problemas e o potencial de conflito;
- Divulgar violações do direito internacional;
- Tomar medidas para aumentar o apoio público dos EUA.

**Militar**

- Aumentar a postura de prontidão das forças no local;
- Iniciar ou aumentar demonstrações de força;
- Aumentar o apoio da defesa à diplomacia pública.

**Econômico**

- Promulgar sanções comerciais;
- Cancelar ou restringir programas encontrados nos EUA;
- Reduzir a segurança de programas assistenciais” (EUA, 2017, p. 4-4)

### 3.4 REINO UNIDO

O Reino Unido estabeleceu seu cenário para o ano de 2035, por meio do Programa de Tendências Estratégicas - Ambiente Operacional Futuro 2035 (*Strategic Trends Programme - Future Operating Environment 2035/FOE 35*), proposto pelo Ministério da Defesa, em 2015.

Em (REINO UNIDO, 2015) destaca-se as cinco características que definirão o Espaço de Batalha Conjunto a partir de 2014: congestionado, confuso, contestado,

conectado e restrito (em inglês, essas características são conhecidas como os “5Cs” – *congested, cluttered, contested, connected e constrained*). Ainda que não sejam características que ocorram simultaneamente, elas terão maior ou menor ênfase em suas análises, as quais deverão usadas com cautela.

Ao tratar do ambiente congestionado, refere-se a todos os ambientes: terra, mar, ar, espaço, cibernético e eletromagnético, os quais estarão ocupados por civis e atividades tanto comerciais quanto militares. Por desordenado, entende-se a incapacidade de distinguir entre indivíduos ou eventos, o que pode levar à perda de legitimidade caso ocorram baixas civis ou quaisquer resultados não intencionais. A contestação surge das demandas crescentes por todos os ambientes, podendo gerar desde a competição até a confrontos ou conflitos. A conectividade é uma tendência universal e evidente no ciberespaço e na globalização, assim há um potencial desses espaços serem deliberadamente desconectados ou mal conectados, gerando grandes infortúnios. Por fim, a restrição em razão de normas legais e sociais à condução de operações militares será uma característica marcante até 2035, o que é particularmente verdade no que diz respeito às novas tecnologias e novas armas (REINO UNIDO, 2015).

Após apresentar essas características, o FOE 2035 indica, ainda outros elementos interessantes para o Ambiente Operacional no futuro. Um desses elementos é a importância do *Soft Power* do Reino Unido “como parte da estratégia do governo, incluindo o envolvimento da Defesa quando desdobrada em operações”. E conclui: “O ‘Soft Power’ terá maior credibilidade se for sustentado pelo ‘Hard Power’”. Dessa forma contribuiria na “busca pela segurança nacional, prosperidade e interesses, cumprindo três abrangentes funções: proteger o Reino Unido; moldar o ambiente operacional; e promover interesses e responder a crises” (REINO UNIDO, 2015).

Um outro elemento do programa que merece referência é a importância atribuída à Inteligência comportamental e social. Haverá “desafios associados à compreensão do comportamento e da atividade humana”. Para contestá-los, é importante que sejam desenvolvidas ferramentas de análise e modelagem preditiva do comportamento social durante as operações. “As técnicas de análise e visualização dependerão da inteligência das mídias sociais, incluindo a coleta de informações táticas. Essa inteligência orientará e apoiará as decisões, incluindo a segmentação de

alvos, em todo o espectro de conflitos”. Assim, ao compreender esses comportamentos, surge a oportunidade de buscá-los (REINO UNIDO, 2015).

Finalmente, o FOE 35 contempla também duas dimensões de grande relevância: o Ciberespaço e o Ambiente Eletromagnético. Explora as capacidades e inovações tecnológicas necessárias para que se obtenha sucesso em ambas, bem como as ameaças nela existentes.

### 3.5 RÚSSIA

A Rússia ressurgiu no cenário mundial por meio de contundentes ações junto à sua esfera de influência: ocupação da península da Criméia; intervenção na Síria em nome do seu aliado, o presidente sírio Bashar al-Assad; e, principalmente, moldando a dimensão informacional global, com o emprego de ferramentas de ação indireta com o intuito de atender seus interesses. Para isso emprega todo o espectro de suas capacidades do Poder Nacional, incluídas, muito além dessas ações, a reformulação de sua força nuclear, como último elemento dissuasório (EUA, 2017).

A Rússia continua a modernizar suas extensas forças nucleares e está desenvolvendo sistemas de armas convencionais guiadas com precisão a longo prazo. Está manipulando o ambiente global da informação, empregando ferramentas de ação indireta contra os países em sua periferia e usando suas forças armadas para projeção de poder e mobilização de forças expedicionárias muito além de suas fronteiras. Sua dissuasão final é uma força nuclear robusta capaz de realizar um ataque nuclear em massa contra alvos nos Estados Unidos em questão de minutos (EUA, 2017).

Um dos princípios da Estratégia russa é a dissuasão estratégica, definida:

“[...] como um pacote de **ações coordenadas** políticas, **diplomáticas**, **econômicas**, ideológicas, morais, espirituais, **informacionais**, científicas, tecnológicas, **militares** e outras ações tomadas por um país para demonstrar a determinação da liderança política em **usar todos os instrumentos de poder estatal consecutiva ou simultaneamente** - para estabilizar o ambiente militar, político e estratégico, antecipar agressões e desescalar conflitos militares. Alguns teóricos russos dividem ainda mais a dissuasão em meios não-forçados e forçados e até em dissuasão por "tipo" (econômico, militar, nuclear, não nuclear, etc.)” (EUA, 2017, p. 23) (o grifo é nosso)

Inúmeras são as capacidades descritas para as Forças Armadas russas, mas destacar-se-á, objetivando esse trabalho, aquelas que refletem na dimensão informacional. Assim, apresentam-se, dentre outras, como principais capacidades russas: as suas Forças e Armas Nucleares; suas Armas Químicas e Biológicas; o Anti-Acesso e a Negação de Área, aqui definidos pelas Operações de Informação, pelas Operações Aéreas Estratégicas, pelo Sistema Integrado de Defesa Aérea, pelos seus recursos modernos de Ataques de Precisão; o uso do Espaço e o Contra-espaço; a Área Cibernética, destacando o uso da propaganda para ajudar a moldar o ambiente da informação, as Operações Psicológicas com habilitação cibernética, a Defesa da Informação e o uso das Leis da mídia como uma proteção contra a instabilidade; a Ação Indireta; a Guerra Eletrônica; a Negação e a Decepção ou Dissimulação (EUA, 2017).

A Rússia percebe – e se esforça para moldar – o mundo cada vez mais como um ente de “multipolaridade e equilíbrio, baseado nos princípios do respeito à soberania estatal e à não interferência em assuntos internos de outros estados, a primazia das Nações Unidas e equilíbrio de poder entre os estados” (EUA, 2017).

Em EUA (2017) encontra-se que:

“[...] as **Operações de Informação** são vistas como capacidade crítica para alcançar decisivos resultados no período inicial do conflito, com foco no controle de todo o espectro da informação em todas as dimensões do moderno campo de batalha. [...] A Rússia continua a enfatizar a **Guerra Eletrônica** e **outras capacidades de guerra de informação**, incluindo a **Negação** e a **Dissimulação**, como parte de sua abordagem a todos os aspectos da guerra, incluindo o **Anti-Acesso** e a **Negação de Área**” (EUA, 2017, p. 32) (o grifo é nosso)

Em EUA (2017), ao abordar a capacidade cibernética, verifica-se que “a Rússia vê a esfera informacional como a chave dominante para o conflito militar moderno” e que “a guerra da informação é um meio essencial para alcançar suas ambições de tornar-se um ator dominante no cenário mundial”.

### 3.6 CONCLUSÃO PARCIAL

O horizonte temporal para 2019, após a observação de inúmeros cenários selecionados, indicam a ocorrência de eventos regionalizados em um mundo multifacetado com inúmeras incertezas e a utilização mais frequente das dimensões espacial e cibernética do campo de batalha. Conflitos locais, atividades terroristas, disputas étnicas, religiosas, de fronteira e territoriais, complexas e voláteis envolvendo

ambientes urbanos, humanizados, congestionados e confusos, profundamente conectados serão cada vez mais comuns.

Essa assertiva também é válida para o Brasil ao visualizar-se o aumento crescente das tensões sociais no nosso país, o permanente interesse internacional em assuntos relacionados ao Brasil, tais como as questões ambientais e indígenas, bem como a possibilidade de conflitos internos e intraestados em nosso entorno estratégico. Logo, as demandas existentes nos países estudados não são distintas da realidade brasileira, ao contrário, há muitas similitudes nessa dinâmica mundial, respeitando as peculiaridades locais.

Da mesma forma, a análise das demandas para os Cenários de Defesa para 2039 indicam importantes demandas na expressão informacional, as quais passam por atividades no campo cibernético e eletromagnético e, também, na influência cognitiva, na qual cada vez mais o ambiente operacional deverá ser moldado para contribuir para o atingimento dos objetivos estratégicos nacionais.

Havendo identificado o crescimento dessas demandas, passar-se-á, no próximo tópico, a identificar estruturas inéditas de informação desdobradas pelo Brasil e por outros países.

#### **4. ESTRUTURAS E INOVAÇÕES NA DIMENSÃO INFORMACIONAL**

##### **4.1 MINISTÉRIO DA DEFESA E EXÉRCITO BRASILEIRO**

Pode-se afirmar que há duas estruturas no Ministério da Defesa responsáveis pela dita Comunicação do Ministério da Defesa, com relação à sua “doutrina, planejamento, preparo e emprego”, particularmente no que diz respeito à Comunicação Social e as Operações Psicológicas: a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Nota-se, porém que para atender a “demandas recentes de planejamento estratégico do MD, estruturas temporárias têm sido ativadas em suporte ao EMCFA” (MELO, 2016).

Também relacionada à dimensão informacional, no campo cibernético, no nível estratégico, há o Comando de Defesa Cibernético, inserido na estrutura organizacional do Exército Brasileiro, que:

“[...] foi organizado de forma conjunta para fazer frente a um ambiente operacional que cresce a cada dia. Sua missão é planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades operativas, doutrinárias, de desenvolvimento e de capacitação no âmbito do Sistema Militar de

Defesa Cibernética, sendo seu órgão central, com o objetivo de assegurar o uso efetivo do espaço cibernético pelas Forças Armadas brasileiras e impedir ou dificultar sua utilização contra interesses da Defesa Nacional” (BRASIL, 2017b).

Ainda no âmbito do Exército Brasileiro, com missões nos níveis Operacional e Tático, encontram-se o 1º Batalhão de Guerra Eletrônica, o 1º Batalhão de Operações Psicológicas e o Centro de Defesa Cibernética, todos atuando na dimensão informacional.

#### 4.2 CHINA

As Forças Armadas Chinesas (PLA) são formadas pelo Exército, Marinha e Força Aérea. Em 2015, foram introduzidas duas novas forças: a Força de Foguetes e a Força de Suporte Estratégico (EUA, 2018). A Força de Suporte Estratégico foi criada com o objetivo de se contrapor às vulnerabilidades das potências ocidentais que envolvem o emprego das capacidades de operações no domínio espacial e cibernético e guerras eletrônica e psicológica, a qual o Pentágono chamou de “complexo ambiente de guerra eletrônica” (THE ECONOMIST, 2019). Em realidade, (EUA, 2018) esclarece que “a Força Estratégica de Suporte, responsável por guerra eletrônica e operações nos domínios espacial e ciberespaço, reflete uma capacidade emergente do PLA para executar operações conjuntas de maneira mais eficaz”.

Em (EUA, 2018), encontra-se, ainda que a Força estratégica de Suporte reúne, ainda, capacidades relativas ao lançamento de satélites de reconhecimento, navegação e comunicação; e as capacidades de desenvolvimento da guerra cibernética, incluindo o reconhecimento, o ataque e a defesa cibernética.

#### 4.3 EUA

Os EUA possuem complexa estrutura para atuar na dimensão informacional. Entendem “que os instrumentos do Poder Nacional (diplomático, informacional, militar e econômico) fornecem meios e formas para lidar com crises em todo o mundo”. Assim, empregar esses meios no ambiente informacional “requer capacidade de transmitir, receber, armazenar e processar informações com segurança quase em tempo real” (EUA, 2014).

Com relação à estrutura existente, merece destaque a existência do Centro de Guerra de Operações de Informação Conjuntas (*Joint Information Operations Warfare*

*Center – JIOWC*), o qual responde ao Chefe do Estado-Maior Conjunto que, por sua vez, se reporta ao Vice-Diretor de Operações Globais. O JIOWC “apoia o Estado-Maior Conjunto, garantido a integração operacional das Capacidades Relacionadas à Informação (CRI) em apoio às Operações de Informação, melhorando a capacidade do Departamento de Estado de Defesa (*Department of Defense – DoD*) em atender aos requisitos das CRI dos Comandos Combatentes Regionais, além de desenvolver e refinar as CRI para uso em apoio ao DoD” (EUA, 2014).

No nível singular, o Exército norte-americano possui o 1º Comando de Operações de Informação (Terra) (*1st Information Operations Command (Land)*) cuja missão é fornecer equipes para conduzir planejamentos, sincronização, avaliação de operações de informação e cibernéticas em apoio ao Exército e outras forças militares. Também ajuda unidades a identificar vulnerabilidades de rede e habilitar operações de Informação” (EUA, 2016).

No intuito de apoiar a comunicação dos EUA com audiências nacional e global, os EUA também contam com sua Agência para Mídia Global (*U.S. Agency for Global Media*). A finalidade precípua dessa agência “é informar, engajar e conectar pessoas ao redor do mundo em apoio à liberdade e democracia” (EUA, 2019). Essa agência possui em sua estrutura as seguintes rádios: *Voice of America, Radio Free Europe / Raio Liberty, Office of Cuba Broadcasting, Radio Free Asia e Middle East Broadcasting Networks*.

#### 4.4 REINO UNIDO

O Exército do Reino Unido passou por um processo de transformação que culminou com a reestruturação de sua Força terrestre em 2014. Como parte desse processo, ao lado das duas importantes Divisões de Exército mantidas, foram reunidas diversas organizações militares em uma nova Força: o Comando de Tropas da Força (*Force Troops Command - FTC*). Sua principal responsabilidade é a de ter “uma organização disposta, pronta e competitiva, fornecendo apoio ao Combate, Apoio ao Comando e de Apoio aos Serviços de Combate”. Outra importante atividade da FTC é entregar a Manobra Informacional por meio da 77ª Bda (*77th Brigade*) (REINO UNIDO, 2019).

Entende-se por Manobra Informacional:

“[...] a integração e sincronização das Capacidades Informacionais terrestres para estabelecer unidade de esforço de “empresas federadas” de defesa para Redes, Inteligência, Cibernética, Influência e Segurança. Ao explorar as sinergias entre esses recursos, permite uma posição de vantagem nas dimensões física e virtual, para proporcionar resultados decisivos no cognitivo. Isso é alcançado moldando as percepções de nosso público e mantendo ou alterando seu comportamento, de acordo com a intenção do comandante” (REINO UNIDO, 2019, p. 10)

Assim, a 77ª Brigada tem como propósito entregar vantagem informacional, tanto para público interno como externo, nas dimensões física, virtual e cognitiva, usando como ferramentas a compreensão, a comunicação, a persuasão, a proteção e, ainda não consolidadas, o deslocamento e a disrupção, explorando as capacidades de operações em redes, inteligência, cibernética, influência e segurança (REINO UNIDO, 2019).

#### 4.5 RÚSSIA

A Rússia emprega o conceito do Confronto de Informações para atuar na dimensão informacional. Ele é caracterizado da seguinte forma:

"Confronto de informações", ou IPb (*informatsionnoye protivoborstvo*), é o termo do governo russo para conflito na esfera da informação. O IPb inclui arenas de **informações diplomáticas, econômicas, militares, políticas, culturais, sociais e religiosas** e abrange duas medidas de influência: efeito técnico-informacional e efeito psicológico-informativo. (EUA, 2017, p. 38). (grifo é nosso)

O primeiro efeito citado, o técnico-informativo, basicamente se encontra na área da guerra cibernética, ou seja, na defesa, ataque e exploração de redes de computadores. Já o segundo efeito, o psicológico-informativo atua na área cognitiva, objetivando mudanças de comportamento e crenças, com o intuito de atender aos objetivos do governo russo (EUA, 2017).

Para cumprir essas duas missões o governo russo utiliza-se, segundo (EUA, 2017) de inúmeros recursos para disseminar seus produtos de propaganda, “incluindo páginas de notícias na internet pro-Kremlin e canais de radio e TV como o *Russia Today* e o *Sputnik News*, *bots* e *trolls*, otimização de mecanismos de pesquisa e jornalistas pagos na mídia ocidental e em outras mídias estrangeiras”.

Basicamente, pode-se afirmar que a Rússia possui uma estrutura heterodoxa que emprega as operações psicológicas por meios habilitados na guerra cibernética para apoiar seus objetivos estratégicos e táticos da Guerra da Informação. Essas



técnicas buscam “embaraçar, desacreditar ou falsificar informações. O material comprometido pode ser vazado para a mídia em momentos inoportunos” (EUA, 2017).

Em tese, a Rússia utiliza-se de um exército conhecido como os “hackers patrióticos”, os quais são cooptados e a eles atribuídos anonimato. Um exemplo é o *CyberCaliphate* a quem se atribui um “hackeamento” da TV5 francesa em 2015 e o sequestro do perfil do Twitter do Comando Central dos EUA. Outra técnica é o uso de perfis falsos, o chamado *CyberBerkut*, publicando ostensivamente o resultado de pesquisas e informações que desacreditam ou prejudicam alvos pré-determinados, com a intenção de “desmoralizar, embaraçar e criar desconfiança” (EUA, 2017).

Por fim, outros dois recursos bastante utilizados são os já nominados *trolls* e os *bots*. O primeiro é formado por pessoas contratadas para manipular ou alterar narrativas e favoráveis à Rússia. O Exército *troll* russo é conhecido como “Agência de Pesquisa de Internet”. Alguns *trolls* “interrompem o conteúdo negativo”; outros promovem conteúdo completamente falso”. Já o segundo, os *bots*, são robôs com conteúdos pré-determinados que atuam nas redes sociais, “abafando conteúdos indesejados ou enviando mensagens específicas”. Os *bots* também “sobrecarregam espaços de informação com a intenção de desencorajar o acesso de leitores sobre os conteúdos reais” (EUA, 2017).

#### 4.6 CONCLUSÃO PARCIAL

O estudo da estrutura brasileira relacionada às necessárias respostas na dimensão informacional indica que há espaço para inúmeras melhorias. Cada vez mais surgirão demandas a serem respondidas, particularmente no tempo de paz, no nível político e estratégico, anterior às crises, que são a base para respostas nos níveis operacional e tático nos quais transitam as estruturas atualmente existentes.

Verifica-se, também, nesse estudo, a existência em quatro diferentes países, de estruturas inéditas, por vezes ortodoxas, por vezes heterodoxas, que, recém-implantadas, buscam o estado da arte nessa nova dimensão, antecipando demandas do cenário de 2039, mas que já são bastante atuais: estruturas complexas, que envolvem diversas capacidades, que vão desde à cibernética até as operações psicológicas, em um espectro não apenas local, mas regional e mundial. Estruturas inéditas que, na dimensão informacional já são utilizadas permanentemente em prol

dos interesses sociais, moldando o espaço e a narrativa de um país no concerto das nações, favoravelmente a seus objetivos nacionais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E APRIMORAMENTOS

O estudo do Poder Nacional pela ESG tradicionalmente aponta para sua importância para o Desenvolvimento Nacional e para a Defesa Nacional por meio do emprego de suas diversas e indivisíveis expressões: a Psicossocial, a Política, a Econômica, a Científico-Tecnológica e a Militar. Entretanto, ao estudar-se outros países e teorias, percebe-se a adoção de outras expressões, em particular a expressão Diplomática e a Informativa.

Ao estudar-se Clausewitz e outros teóricos da Guerra e das Relações Exteriores, identificou-se a relevância do papel da informação, muitas vezes preponderantes em razão das demais expressões, na obtenção de resultados relativos aos interesses nacionais de diversos países ao longo da história. A informação, tal como entendida pela doutrina militar terrestre brasileira, possui papéis de suporte, arma e escudo. Esses papéis são amplamente utilizados pelos países estudados quando se verifica, por meio de eventos históricos, a influência, a manipulação, o engano, a proteção de ativos, a segurança de redes e atores, dentre tantos exemplos possíveis. Esses mesmos países robusteceram, nos últimos anos, suas doutrinas e estruturas organizacionais militares para adequar-se e melhor executar esses papéis.

**A atual concepção do Poder Nacional precisa ser revista a fim de tratar das peculiaridades da Era da Informação.** Assim, observando o horizonte temporal de 2039, conclui-se que a Informação, ou a Expressão Informativa, possui notória e relevante importância para o Poder Nacional e inúmeras implicações para a expressão militar, com inúmeros aprimoramentos em suporte ao nível estratégico nacional.

Quanto às implicações para a expressão militar, destaca-se o fato de haver a premente necessidade de **aquisição da Capacidade Militar de Defesa** para planejar e conduzir **Operações de Informação** no amplo espectro dos conflitos. Isso significa que, no nível setorial, deve-se dar ênfase: ao estabelecimento de **doutrina** relacionada às Operações de Informação e às Capacidades Relacionadas à Informação; à criação de **infraestruturas** e **organização** de pessoal para a condução

dos planejamentos e da execução das operações e, em particular, das campanhas permanentes, desde o tempo de paz, no nível estratégico; à condução de **adestramentos** efetivos de operações conjuntas com destaque para a dimensão informacional, sincronizando o emprego das CRI, conferindo-lhes sinergia, evitando a redundância desnecessária de ações, economizando meios e evitando o fratricídio informacional e, também, relacionando-as às ações nas demais expressões do Poder, em particular a diplomática e a econômica, nos seus respectivos níveis setoriais.

Certamente, tais implicações trarão ganhos significativos para o Estado brasileiro no seu posicionamento em um mundo multifacetado que se apresentará nas próximas duas décadas, como salientado nos cenários anteriormente descritos.

É importante que, como conclusão do trabalho, sejam apresentados alguns **aprimoramentos** com vistas a contribuir para o suporte ao nível estratégico, da expressão informacional:

a. Compreensão da importância da dimensão informacional do ambiente operacional pelos decisores nos níveis setorial e subsetorial;

b. Atualização e revisão doutrinária no nível MD, integrando as capacidades relacionadas à informação;

c. Formulação de campanhas informacionais estratégicas com ênfase nos temas mais caros aos interesses nacionais e que possuam potencial de se transformarem em óbices à conquista ou manutenção de objetivos nacionais, tais como: a questão ambiental e indígena (Amazônia); os crimes transnacionais; os valores nacionais; a soberania; a educação o terrorismo, os crimes transnacionais;

d. Fortalecimento das Estruturas da Assessoria de Comunicação (ASCOM) e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), ambas do Ministério da Defesa (MD), que contribua para aquisição da capacidade de executar planejamentos e Operações de Informação para moldar o ambiente operacional e emitir respostas no nível setorial de defesa, cada vez mais comuns e inerentes à Era da Informação;

e. Estabelecimento de relações estreitas com a Secretaria de Comunicação do Governo Federal (SECOM), com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SEAE) para unificar campanhas, discursos, narrativas, ações e políticas que visem o atingimento dos objetivos nacionais permanentes;

f. Contribuir para o fortalecimento cultural da nação brasileira, vacinando-a cognitivamente com valores universais, em particular aqueles relativos à soberania do país, à importância de um sentimento de nacionalidade, de desenvolvimento, de meritocracia, de empreendedorismo, de pesquisa, inovação e tecnologia;

g. Setorialmente, fortalecer os conceitos de segurança e defesa nacionais, de integração e integridade territorial brasileira. Para isso, como em países desenvolvidos, estudar a criação de um robusto Museu das Forças Armadas Brasileiras, depositário da história das Forças Armadas na formação e evolução brasileira, criando uma referência no setor educacional brasileiro e contribuindo para a educação civil-militar da nação;

h. Subsetorialmente, incrementar o sistema Colégio Militar, tornando-o paradigma de educação no território Nacional, utilizando-o como base e incentivo aos jovens para o acesso às principais Universidades Brasileiras e Mundiais;

i. Contribuir para o estabelecimento, no mais alto nível governamental, de uma estrutura de Comunicação Estratégica que oriente sobre aquilo que deve ser: comunicado, influenciado, negado, protegido, a qual orientaria o discurso, a narrativa do Estado brasileiro de forma profissional, com inteligência, sofisticação e método, para atender aos interesses do Estado.

## REFERÊNCIAS

BISHOP, Donald M. **DIME, not DiME: Time to align the Instruments of U.S Informational Power**. Disponível em: <<https://thestrategybridge.org/the-bridge/2018/6/20/dime-not-dime-time-to-align-the-instruments-of-us-informational-power>>. Acesso em: 18 fev 2019.

BRASIL. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Projeto Interdisciplinar do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército**. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2017.

\_\_\_\_\_. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, RJ: Escola Superior de Guerra, 2019. Disponível em: <[http://www.esg.br/uploads/2010/09/revista\\_49.pdf](http://www.esg.br/uploads/2010/09/revista_49.pdf)>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Manual Básico - Volume I Elementos Fundamentais**. Rio de Janeiro, RJ: Escola Superior de Guerra, 2014. v. referencia.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Metodologia do Planejamento Estratégico**. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 2018.

\_\_\_\_\_. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **EB20-MC-10.213 Operações de Informação**. 1ª ed. Brasília, DF: [s.n.], 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Planejamento Estratégico do Exército 2016-2019 (2ª Edição)**. 2ª ed. Brasília, DF: [s.n.], 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Relatório: Cenários prospectivos Força Terrestre 2035**. Brasília, DF: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2016.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Cenários de Defesa 2020 - 2039 - sumário executivo**. 1ª ed. Brasília, DF: Assessoria Especial de Planejamento, 2017a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Comando Conjunto de Defesa Cibernética**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/30417-comando-conjunto-na-defesa-cibernetica>>.

CLAUSEWITZ, Karl Von. **Da Guerra [e-book]**. 1ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

EUA. DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY. **China military power: modernizing a force to fight and win**. 1ª ed. Washington: [s.n.], 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Russia Military Power Report 2017: bulding a military to support great power aspirations**. 1ª ed. Washington DC: [s.n.], 2017.

\_\_\_\_\_. DEPARTMENT OF THE ARMY. **Field Manual FM 3-0 Operations**. 2017. ed. Washington DC: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://fas.org/irp/doddir/army/fm3-0.pdf>>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **FM 3-13 - Information Operations**. Washington DC: Department of the Army, 2016.

\_\_\_\_\_. JOINT CHIEFS OF STAFF. **Joint Operating Environment 2035. The Joint Force in a Contested and Disordered World**. 1ª ed. Washington: Staff, Joint Chiefs of, 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **JP 1 - Doctrine for the Armed Forces of the United States**. 25 March 2 ed. Washington DC: [s.n.], 2017. Disponível em: <[https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp1\\_ch1.pdf?ver=2019-02-11-174350-967%0Ahttp://www.dtic.mil/doctrine/new\\_pubs/jp1.pdf](https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp1_ch1.pdf?ver=2019-02-11-174350-967%0Ahttp://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1.pdf)>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **JP 3-13 - Information Operations**. 2ª ed. Washington DC: Joint Chiefs of Staff, 2014.

\_\_\_\_\_. U.S AGENCY FOR GLOBAL MEDIA. **Agency for Global Media - US broadcasting board of governors**. Disponível em: <<https://www.usagm.gov/who-we-are/mission/>>.

FULLER, John Frederick Charles. **A Conduta da Guerra: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 2002.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GORDON, FLÁVIO. **A corrupção da Inteligência [e-book]**. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2017.

MELO, SÉRGIO LUIZ GOMES DE. **A estrutura de Operações de Apoio à Informação da Força Terrestre em suporte ao nível estratégico**. 2016. 38 f. 2016.

NYE, Joseph S. **Bound to lead: the changing nature of American power [e-book]**. 2ª ed. New York, New York: Perseus Books, 1991.

\_\_\_\_\_. **Soft Power: The means to success in world politics [e-book]**. 1ª ed. New York, New York: Perseus Books, 2004.

QIAO LIANG; WANG XIANGSUI. **A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

REINO UNIDO. FORCE TROOPS COMMAND. **Force Troops Command - Handbook**. Upavon: [s.n.], 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Strategic Trends Programme Future Operating Environment 2035**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/646821/20151203-FOE\\_35\\_final\\_v29\\_web.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/646821/20151203-FOE_35_final_v29_web.pdf)>.

ROSENAU, James N. **The scientific study of foreign policy**. 1ª ed. New York, New York: [s.n.], 1971.

SHUBERT, Frank N. e KRAUS, Theresa L. **Tempestade do Deserto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

THE ECONOMIST. **Xi Jinping wants China's armed forces to be "world-class" by 2050 - Army dreamers**. Disponível em: <<https://www.economist.com/china/2019/06/27/xi-jinping-wants-chinas-armed-forces-to-be-world-class-by-2050>>. Acesso em: 22 jul 2019.

TOFFLER, Heidi e TOFFLER, Alvin. **Guerra e Antiguerra: sobrevivência na aurora do terceiro milênio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.